



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

01/06/2011

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CORREIÇÕES.....	1 - 2
1.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CORREIÇÕES.....	4
2.2. SERVIDORES.....	5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DESEMBARGADORES.....	6 - 9
3.2. INSTITUCIONAL.....	10
3.3. JULGAMENTOS.....	11 - 13
3.4. SERVIDORES.....	14
3.5. SISTEMA CARCERÁRIO.....	15 - 18
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	19 - 22
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. DESEMBARGADORES.....	23 - 24
5.2. JULGAMENTOS.....	25 - 28
5.3. SERVIDORES.....	29
6. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
6.1. CÂMARA CÍVEL.....	30
6.2. INSTITUCIONAL.....	31

Corregedoria acompanha correições e vitaliciamento de juízes

Os juízes auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Kleber Costa Carvalho e Ariane Mendes, acompanham esta semana o processo de vitaliciamento dos juízes das comarcas de Loreto (João Paulo Melo), São Raimundo das Mangabeiras (José Augusto Sá Costa Leite) e Pastos Bons (Sílvio Alves Nascimento).

Kleber Carvalho irá a Loreto (a 688 km de São Luís) e São Raimundo das Mangabeiras (669 km), enquanto Ariane Mendes dividirá com o trabalho com correição geral ordinária na Comarca de São Domingos do Azeitão (603 km). Na próxima semana a magistrada estará em Magalhães de Almeida.

A 1ª e 2ª Varas de Vitorino Freire e a Comarca de Paulo Ramos também serão alvos de correição ordinária, de acordo com portaria já assinada pelo corregedor Antonio Guerreiro Júnior. O juiz José Nilo Ribeiro Filho conduzirá as atividades de 7 a 10 de junho.

Nilo Ribeiro concluiu este mês correições em Alto Parnaíba e Tasso Fragoso, e acompanhou o vitaliciamento dos juízes Jaqueline Rodrigues da Cunha (Açailândia), Franklin Silva Brandão Júnior (Alto

Parnaíba) e Romulo Lago e Cruz (Tasso Fragoso).

De 9 a 11 de maio, Nilo Ribeiro, Kleber Carvalho e José Jorge Figueiredo estiveram em correição em quatro das sete varas de Timon e no juizado especial da comarca.

A Corregedoria fiscalizou 53 varas no ano passado, com meta para mais 43 varas este ano.

Vitaliciamento

De acordo com o artigo 73 do Código de Normas da CGJ "o processo de vitaliciamento consiste na avaliação contínua do desempenho jurisdicional do magistrado durante o biênio de estágio probatório, acompanhada de orientações quanto atividade judicante e a carreira da magistratura".

Sob a supervisão do juiz corregedor, a quem cabe a função de orientador do vitaliciamento, a Corregedoria forma prontuários individuais dos vitaliciandos, reunindo documentos, peças processuais e informações sobre desempenho. Esse conjunto de dados abrange da investidura ao 19º mês de exercício da função.

A adaptação ao cargo e função e a capacidade de trabalho, sob o critério produtividade-qualidade, são alguns dos itens avaliados.

Corregedoria acompanha correições e vitaliciamento de juízes

Os juízes auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Kleber Costa Carvalho e Ariane Mendes, acompanham esta semana o processo de vitaliciamento dos juízes das comarcas de Loreto (João Paulo Melo), São Raimundo das Mangabeiras (José Augusto Sá Costa Leite) e Pastos Bons (Sílvio Alves Nascimento).

Kleber Carvalho irá a Loreto (a 688 km de São Luís) e São Raimundo das Mangabeiras (669 km), enquanto Ariane Mendes dividirá com o trabalho com correição geral ordinária na Comarca de São Domingos do Azeitão (603 km). Na próxima semana a magistrada estará em Magalhães de Almeida.

A 1ª e 2ª Varas de Vitorino Freire e a Comarca de Paulo Ramos também serão alvos de correição ordiná-

ria, de acordo com portaria já assinada pelo corregedor Antonio Guerreiro Júnior. O juiz José Nilo Ribeiro Filho conduzirá as atividades de 7 a 10 de junho.

Nilo Ribeiro concluiu este mês correições em Alto Parnaíba e Tasso Fragoso, e acompanhou o vitaliciamento dos juízes Jaqueline Rodrigues da Cunha (Açailândia), Franklin Silva Brandão Júnior (Alto Parnaíba) e Romulo Lago e Cruz (Tasso Fragoso).

De 9 a 11 de maio, Nilo Ribeiro, Kleber Carvalho e José Jorge Figueiredo estiveram em correição em quatro das sete varas de Timon e no juizado especial da comarca.

A Corregedoria fiscalizou 53 varas no ano passado, com meta para mais 43 varas este ano.

Vitaliciamento

De acordo com o artigo 73 do Código de Normas da CGJ "o processo de vitaliciamento consiste na avaliação contínua do desempenho jurisdicional do magistrado durante o biênio de estágio probatório, acompanhada de orientações quanto atividade judicante e a carreira da magistratura".

Sob a supervisão do juiz corregedor, a quem cabe a função de orientador do vitaliciamento, a Corregedoria forma prontuários individuais dos vitaliciandos, reunindo documentos, peças processuais e informações sobre desempenho. Esse conjunto de dados abrange da investidura ao 19º mês de exercício da função.

A adaptação ao cargo e função e a capacidade de trabalho, sob o critério produtividade-qualidade, são alguns dos itens avaliados.

Juiz interdita parcialmente delegacia de Amarante do Maranhão

O juiz de Amarante do Maranhão, Glender Malheiros Guimarães, determinou a interdição parcial da delegacia de Polícia da comarca, no sentido de que o Estado se abstenha de enviar para o estabelecimento presos provisórios ou definitivos de outras comarcas para serem custodiados na cadeia pública.

A decisão atende a pedido de tutela antecipada em Ação Pública ajuizada pelo Ministério Público estadual contra o Estado do Maranhão e Secretaria de Segurança Pública. A multa diária pelo não-cumprimento da decisão é de R\$ 5.000,00.

O Estado deve ser intimado da decisão através de carta precatória e citado para apresentar contestação da decisão em 60 dias, determinou o magistrado.

Dignidade - Na ação, o MP ressalta a "situação caótica vivida pelos estabelecimentos prisionais do Maranhão, agravada com as recentes interdições das delegacias de polícia da região Tocantina", e destaca que notícias oficiosas insinuam que "a Secretaria de Segurança está na iminência de remanejar presos de outras comarcas para a delegacia local".

Na avaliação de Malheiros, o recambiamento de presos de outras

comarcas para a unidade prisional importa no agravamento de problemas como "as precárias condições de salubridade, segurança, infraestrutura, sanitárias e de recursos humanos que vêm prejudicando a qualidade da regular custódia de presos na Delegacia".

Glender Malheiros cita a Constituição Federal, em seu artigo 1º, III, bem como o artigo 66, VIII da Lei de Execução Penal, que tratam da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (CF), e da competência do juiz da execução para "interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que

estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei".

Dever - O magistrado ressalta o "dever imposto ao Estado de garantir um mínimo de dignidade a todos os cidadãos, inclusive aqueles que se encontram com a sua liberdade restringida".

Para o juiz, esse dever tem sido posto de lado na cadeia pública local com a "superlotação, ofensa à saúde dos presos diante da não-manutenção séptica da delegacia, problemas com abastecimento de água, fragilidade estrutural do prédio da cadeia, além da ausência de manutenção e reparo nas grades".

CGJ acompanha correições e vitaliciamento de juízes

Os juízes auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Kleber Costa Carvalho e Ariane Mendes, acompanham esta semana o processo de vitaliciamento dos juízes das comarcas de Loreto (João Paulo Melo), São Raimundo das Mangabeiras (José Augusto Sá Costa Leite) e Pastos Bons (Sílvio Alves Nascimento).

Kleber Carvalho irá a Loreto (a 688 km de São Luís) e São Raimundo das Mangabeiras (669 km), enquanto Ariane Mendes dividirá com o trabalho com correição geral ordinária na Comarca de São Domingos do Azeitão (603 km). Na próxima semana a magistrada estará em Magalhães de Almeida.

A 1ª e 2ª Varas de Vitorino Freire e a Comarca de Paulo Ramos também serão alvos de correição ordinária, de acordo com portaria já assinada pelo corregedor Antonio Guerreiro Júnior. O juiz José Nilo Ribeiro Filho conduzirá as atividades de 7 a 10 de junho.

Nilo Ribeiro concluiu este mês correições em Alto Parnaíba e Tasso Fragoso, e acompanhou o vitaliciamento dos

juízes Jaqueline Rodrigues da Cunha (Açailândia), Franklin Silva Brandão Júnior (Alto Parnaíba) e Romulo Lago e Cruz (Tasso Fragoso).

De 9 a 11 de maio, Nilo Ribeiro, Kleber Carvalho e José Jorge Figueiredo estiveram em correição em quatro das sete varas de Timon e no juizado especial da comarca.

A Corregedoria fiscalizou 53 varas no ano passado, com meta para mais 43 varas este ano.

VITALICIAMENTO - De acordo com o artigo 73 do Código de Normas da CGJ "o processo de vitaliciamento consiste na avaliação contínua do desempenho jurisdicional do magistrado durante o biênio de estágio probatório, acompanhada de orientações quanto atividade judicante e a carreira da magistratura".

Sob a supervisão do juiz corregedor, a quem cabe a função de orientador do vitaliciamento, a Corregedoria forma prontuários individuais dos vitaliciandos, reunindo documentos, peças processuais e informações sobre desempenho.

TJ reduz jornada de oficiais de Justiça

➡ Em sessão ontem, 31, a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão confirmou a diminuição da jornada de trabalho dos oficiais de Justiça de oito para seis horas diárias, totalizando 30 horas semanais. O pedido foi ajuizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Justiça, Sindjus, que argumentou a ilegalidade da Resolução nº 20/2006 TJMA, que previa a jornada de 40 horas semanais de trabalho para os oficiais de Justiça, contrariando o Estatuto do Servidor Público Estadual, que prevê 30 horas por semana. O Sindjus também questionou o tratamento diferenciado entre os servidores que a norma estabelecia. O pedido classista foi acatado pela juíza Luzia Madeiro, da 1ª Vara da Fazenda Pública da capital, considerando a ausência de lei determinando carga horária diferenciada para os oficiais. A lei seria o meio hábil para essa alteração, não podendo ocorrer por meio de resolução, por tratar-se de ato regulamentar.

Juíza

Patrícia Marques Barbosa foi empossada como juíza auxiliar de entrância final na manhã de ontem pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O critério para a promoção foi antiguidade. A magistrada atuava na 3ª Vara da Comarca de São José de Ribamar, para onde foi removida também por antiguidade. Por nove anos, ela foi uma das juízas titulares da cidade de Imperatriz.

- **Patrícia** Marques Barbosa foi empossada ontem como juíza auxiliar da Comarca de São Luís. O critério para a promoção foi antiguidade.

Fernanda Gama

A juíza da Mulher Sara Fernanda Gama, que além das suas atividades junto ao Judiciário está sempre envolvida com as badalações sociais, onde o assunto é a mulher participou, recentemente, de um encontro feminino e, na oportunidade, proferiu discurso com muita eloquência sobre duas notícias que mobilizaram a mídia nacional e internacional, “uma delas de caráter pomposo: o casamento de um membro da família real inglesa, Príncipe William, com a plebeia Kate Middleton, a qual se tornou Princesa, com o efeito de despertar a fantasia existente no imaginário popular feminino, fazendo tornar fato, algo que lembra conto de fadas. E a outra notícia, sobre o destino bem distinto de outra mulher, esta na mais tenra idade. Um bebê recém-nascido, abandonado pela mãe em uma caçamba de lixo, em Praia Grande, litoral de São Paulo. Realidades distintas... mazelas da humanidade”. Questionou se estaríamos predestinados, desde o nascimento, a uma determinada sorte, uns para a nobreza, outros para a pobreza. Citou versículos da Bíblia acerca da dúvida, envolvendo as verdades reservadas a Deus. E finalizou citando Cora Coralina: “me esforço para ser melhor a cada dia, pois bondade também se aprende.” Sara Gama é querida e festejada por todos em Imperatriz, onde já conquistou um vasto grupo de amigos, apesar de pouco tempo em nosso convívio.

Câmara Municipal debate hoje sistema de transporte coletivo em Imperatriz

Amanhã será a vez dos vereadores visitarem obra de construção do complexo penitenciário do município para depois debater o setor de segurança pública

IMPERATRIZ – O presidente da Câmara de Vereadores de Imperatriz, Hamilton Miranda (PSDB), confirmou que será realizado hoje audiência pública para discutir sobre o serviço de transporte coletivo e amanhã segurança pública no município.

O encontro de hoje acontecerá no plenário Léo Franklin, às 9h. “Queremos não apenas discutir, mas encontrar soluções para a melhoria do transporte coletivo em nossa cidade”, disse.

A proposição que solicita a realização da audiência pública para discutir o transporte coletivo é de autoria do vereador Chagão do PT. “Temos recebido muitas reclamações da comunidade, pois queremos nesta audiência pública discutir melhorias para beneficiar os usuários do transporte coletivo em Imperatriz”, justificou.

A vereadora Fátima Avelino (PMDB), presidente da Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Defesa do Consumidor e dos Direitos Humanos, disse que amanhã será debatido a crise na segurança pública em Imperatriz. A proposição é de autoria do vereador-presidente Hamilton Miranda.

Foram convidadas a participar da audiência pública o secretário de Estado da Segurança Pública, Aluísio Mendes; a juíza Samira Barros (5ª Vara de Execução Penal); o promotor Domingos Eduardo (Execução Penal); o tenente-coronel Zanozi Porto (comandante do 3º Batalhão da Polícia Militar - BPM);



Plenário da Câmara Municipal de Imperatriz, que debaterá sistema de transporte coletivo na cidade

Mais

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Defesa do Consumidor e dos Direitos Humanos é formada pelos vereadores: Fátima Avelino (presidente); Chagão do PT (vice-presidente); Joel Costa (secretário) e Raimundo Costa (suplente).

o delegado regional Assis Ramos e o secretário de Estado da Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer.

De acordo com a programação, os vereadores visitarão,

amanhã, a obra de construção do Centro de Ressocialização de Imperatriz, localizado às margens da BR-010; às 10h.

Melhorias – Já o vereador Joel Costa, que é engenheiro civil, destacou a que pavimentação asfáltica da Rua Sousa Lima, trecho entre Bernardo Sayão e Floriano Peixoto, é importante porque, além da pavimentação e drenagem, resolverá um antigo problema de transbordo de esgoto, que muito tem prejudicado os moradores.

O parlamentar Buzuca disse que as ações da Prefeitura de Imperatriz vão chegar a todos os bairros. O asfaltamento da Sousa Li-

ma é uma indicação do vereador Alberto Sousa apresentada e aprovada pela Câmara de Vereadores em fevereiro do ano passado.

Tida como um importante corredor de trânsito da cidade, a Sousa Lima, ano passado, já tinha sido recuperada - entre a Dorgival Pinheiro de Sousa e a Avenida Bernardo Sayão - em uma parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado.

A via ganhou asfalto e iluminação e sinalização novas. Também passou a ser mão única, o que contribuiu para melhorar e proporcionar maior fluidez ao trânsito vindo da Região do Santa Rita e da Bernardo Sayão.

- **O Tribunal** de Justiça criou a Diretoria Interna de Segurança Institucional, para cuidar da segurança de magistrados.

Fora do cargo

O prefeito de São Pedro da Água Branca, Vanderlúcio Ribeiro, foi afastado do cargo, ontem, por determinação da Justiça.

A decisão partiu do juiz da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Imperatriz, Joaquim da Silva Filho.

Tomou por base ação em que o Ministério Público Estadual denuncia que o prefeito não devolveu cargos a servidores concursados por ele exonerados.

Ponto final

O subprocurador-geral de Justiça do Estado, Eduardo Nicolau, avalia que não há mais o que discutir sobre a ilegalidade das alterações feitas na Planta de Valores Genérica, que deu origem aos novos valores do IPTU.

Segundo ele, a ordem agora é responsabilizar a Prefeitura civil e criminalmente pelo aumento do tributo.

Nicolau apoia integralmente a suspensão da cobrança do tributo pelo Tribunal de Justiça.

Justiça determina afastamento de prefeito

IMPERATRIZ - A Vara da Fazenda Pública da Comarca de Imperatriz determinou em decisão liminar o afastamento do prefeito de São Pedro da Água Branca, Vanderlúcio Simão Ribeiro, por tempo indeterminado. Com isso, o vice-prefeito deverá ser empossado no cargo no menor prazo possível, mas até ontem ele ainda não havia sido notificado. Vanderlúcio Ribeiro ainda poderá recorrer da decisão ao Tribunal de Justiça.

O juiz da Vara da Fazenda Pública, Joaquim da Silva Filho, julgou procedente a Liminar com pedido de afastamento em uma Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativo que havia sido ajuizada pela

Promotoria da Probidade Administrativa no dia 25 de maio.

O prefeito é acusado de descumprir 80 decisões da Justiça para a reintegração de servidores públicos que haviam sido aprovados num concurso público na administração anterior. A maioria dessas decisões da Vara da Fazenda Pública foi reafirmada pelo Tribunal de Justiça e o gestor vinha resistindo a cumpri-las desde 2009.

“Além disso, Vanderlúcio realizou um seletivo em 2011 para a contratação de mais de cem pessoas para assumir as mesmas funções referentes a esses cargos que deveriam ser ocupados por esses servidores que obtiveram decisões favoráveis da Justiça; burlando inclusive essas decisões sob a alegação de que estava cumprindo um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público”, explicou a promotora de Justiça Nahyma Abbas.

Justiça

O Tribunal de Justiça do Maranhão confirmou a diminuição da jornada de trabalho dos oficiais de Justiça de oito para seis horas diárias, totalizando 30 horas semanais. O pedido foi ajuizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Justiça, Sindjus, que argumentou a ilegalidade da Resolução n° 20/2006 TJMA, que previa a jornada de 40 horas semanais de trabalho para os oficiais de Justiça.

Descoberta facção criminosa na Penitenciária de Pedrinhas

Rebelião planejada para sábado foi evitada. **Polícia 6**

Organização criminosa é descoberta no Complexo Penitenciário de Pedrinhas

“Primeiro Comando do Maranhão” teria sido criado em 2003 para comandar as ações criminosas nos presídios; uma “megarrebelião”, programada para sábado, foi abortada

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

O juiz Jamil Aguiar da Silva, da 1ª Vara de Execuções Criminais e Penas Alternativas (VEC), revelou ontem a existência de uma organização criminosa no estado, intitulada “Primeiro Comando do Maranhão (PCM)”. A notícia foi dada em entrevista ao radialista Domingos Ribeiro (Mirante AM), para quem o magistrado divulgou ainda o plano de uma “megarrebelião”, que deveria ter ocorrido no sábado, 28, mas que foi evitada após uma revista nas celas da Penitenciária de Pedrinhas.

Jamil Aguiar preferiu não dar detalhes sobre o que teria motivado o planejamento do grande motim, programado para acontecer simultaneamente em pelo menos cinco das oito unidades prisionais que compõem o Complexo de Pedrinhas e na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) do bairro Anil. Entretanto, informações vindas de dentro dos presídios deram conta de que os detentos estariam exigindo o retorno imediato de alguns presos sentenciados, transferidos recentemente para presídios federais.

Segundo o titular da VEC, o “Primeiro Comando do Maranhão (PCM)” teria sido descoberto há cerca de três semanas, quando um “estatuto” da organização criminosa foi encontrado dentro de uma garrafa, em um dos pavilhões da penitenciária. No documento, escrito a punho pelos próprios integrantes da facção, o PCM aparece como fundado no dia 8 de novembro de 2003, e apresenta a exigência de lealdade a pelo menos 20 mandamentos. O não cumprimento de cada item teria como punição a morte.

“Diante do caos que já se estabeleceu nas unidades prisionais do estado, a existência de uma organização criminosa como essa já era prevista. O aumento da população carcerária e a superlotação dos presídios impulsionam os presos a esse tipo de conduta. Tivemos conhecimento, recentemente, de que muitos dos apenados, que gozam do regime semiaberto, por exemplo, trabalham como ‘soldados dos líderes do PCM’, aqui fora, e contribuem para a prática de novos crimes fora da cadeia”, explicou Aguiar.

Efetivo - Entre os motivos mais prováveis que teriam levado os

líderes do PCM a não iniciarem a “megarrebelião”, segundo informações, seria a presença do grande efetivo da Polícia Militar que cercou o Complexo de Pedrinhas na sexta-feira, 27, devido à greve dos Agentes Penitenciários. A ocupação dos presídios por equipes do Batalhão de Choque (BPChoque) e do Grupo de Escolta e Operações Penitenciárias (GEOP) teria feito com que os de-

Estatuto do PCM

*Estatuto do primeiro Comando do Maranhão
fundado 10/11/2003, e expandido para o
P.C.M. 11.3.12.*



1º Um por todos e todos por um.

2º Nunca tomar uma atitude precipitada, sem antes comunicar o comando.

3º Nunca usar o nome do comando em vão.

4º O comando não opala, e nunca vai apoiar, qual quer discriminação, contra qualquer preso, sendo da capital ou do interior, por que somos todos iguais perante a lei.

5º Transparência a todos os irmãos do comando.

6º Igualdade acima de tudo.

7º Traição levará sujeito a morte ou exclusão do comando.

8º O irmão nunca deve botar, totalmente do comando, e sempre estar em comunicação com os demais irmãos.

9º A disciplina serve para todos sem exceção, pois o comando aceita tudo e todos na comunidade.

10º Todos os irmãos deve estar disponível a qual quer hora, em qual que situação que o comando precisar.

11º Lealdade contra o apraço dentro ou fora do sistema carcerário.

12º Humildade em primeiro lugar e acima de tudo.

13º Justiça sendo exemplo, junto com a disciplina de cada um.

14º Todos os irmãos que têm seus negócios dentro ou fora do comando, em que manter seus compromissos em dia, para não manchar o nome do comando, e não trazer problema para organização.

15º Todos os membros do comando que esteja em liberdade, tem obrigação de contribuir com uma taxa mensal, isso serve para fortalecer a organização que servirá para todos.

16º Igualdade para todos, de irmão para irmão.

17º Respeito para que haja respeito entre a população carcerária.

18º Mesmo que se cristian, do comando sem dar uma satisfação, sem se nomear, pois o não ser, que deve o nome, ou se convier o poder de deus.

19º Todos os membros que fixarem, com a organização, tendo que ser leal e respeitado como um irmão, por que opanti daquele momento, eleja vai lá fazendo parte da nova liderança.

20º Nunca um irmão poder, levantar, uma coisa ou falso testemunho contra um irmão, si não tiver prova suficientes.

21º Todos os irmãos da organização, que queiram obedecer esse estatuto, estarão fazendo uma aliança com o crime, e um pacto de sangue com o comando, que já mais poderá ser quebrado, o u infringido qual quer regra desse estatuto, por que serão sujeitos as punições descritas no estatuto, e o irmão que não se achar capacidade de cumprir as regras desse estatuto, os mandamentos do comando, não afirme a sua palavra, que se si voce afirma a sua palavra, estará fazendo um compromisso com a nossa organização.

22º A nossa união é a grandeza do comando, por que lutamos pelos direitos de todos?

Considerações finais do "Estatuto do PCM".

"Todos os irmãos da organização, que jurarem obedecer a esse estatuto, estarão fazendo uma aliança com o crime, e um pacto de sangue com o comando; que jamais poderá ser quebrado ou infringido qualquer regra desse estatuto, porque estarão sujeitos às punições descritas nesse estatuto. E o irmão que não se achar com capacidade de cumprir as regras desse estatuto, e os mandamentos do comando, não afirme a sua palavra, pois estará fazendo um compromisso com a nossa organização. A nossa união é a grandeza do comando, porque lutamos pelos direitos de todos".

tentos desistissem do plano.

Procurado por **O Estado**, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Sérgio Tamer, foi cauteloso ao falar sobre a "megarrebelião" e a atuação do PCM. No entanto, ele afirmou que "a facção está diretamente ligada ao alto tráfico nacional de drogas", e que o alerta permanente, estabelecido no sistema carcerário do Maranhão, passou a ter caráter máximo. "Assim que tomamos conhecimento do plano, providenciamos a revista imediata das unidades, e dos 4 mil apenados", disse Tamer.

Estatuto - A descoberta do "Estatuto do PCM", segundo informações da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, confirmou um trabalho sigiloso de investigação iniciado há cerca de seis meses, após a morte de 18 detentos (quatro deles decapitados) durante a rebelião ocorrida em Pedrinhas, em novembro de 2010. Apesar de também ponderar a divulgação de informações sobre o estabelecimento da organização criminosa, o secretário Aluísio Mendes confirmou a identificação dos lí-

deres do comando.

De acordo com Aluísio Mendes, o "Primeiro Comando do Maranhão" vinha sendo monitorado de forma sutil, com o objetivo de evitar um novo derramamento de sangue. "O estatuto da facção ainda não era uma realidade, mas uma previsão, diante de tantos assassinatos bem articulados, praticados dentro e fora dos presídios. Desde então, passamos a providenciar a separação de alguns deles, sem levantar suspeita do trabalho de evitar que essa organização se enraizasse", pontuou.

Entre as cláusulas estabelecidas no "Estatuto do PCM", que ironiza ao utilizar frases como "somos todos iguais perante o crime", duas chamam atenção pela forma de manter os apenados que já estão fora dos presídios leais à organização criminosa. No 10º mandamento, os líderes da facção determinam que "todos os irmãos devem estar disponíveis a qualquer hora, em qualquer situação que o comando precisar". No artigo 15º, essa lealdade já é descrita de forma bem mais direta.

"Todos os irmãos do comando que estejam em liberdade têm

Mais

O juiz Jamil Aguiar da Silva, da 1ª Vara de Execuções Criminais e Penas Alternativas (VEC), divulgou ainda a interdição por um período de 90 dias de parte do "Pavilhão Especial" da Penitenciária de Pedrinhas. Por consequência disso, Jamil Aguiar também informou a concessão de prisão domiciliar a quase 60 presos do regime semiaberto, que retornaram das últimas duas saídas temporárias no prazo determinado, e mantiveram bom comportamento.

obrigação de contribuir com uma taxa mensal. Isso servirá para fortalecer a organização, que servirá para todos". No artigo 8, por exemplo, as recomendações dos líderes do PCM, destacadas no 15º parágrafo, mostram a fácil comunicação entre os detentos do regime semiaberto com os que estão dentro dos presídios. "O irmão nunca deve se isolar totalmente do comando, e sempre estar em comunicação dos demais irmãos", adverte o estatuto.

■ E-COMMERCE

LOJAS AMERICANAS
E SUBMARINO: OS
MAIS RECLAMADOS

Gerência estadual do Procon registrou 628 reclamações contra sites de vendas pela internet somente nos primeiros cinco meses de 2011. Número equivale a 64% de todas as ocorrências do ano passado. Grupo B2W, que gerencia os sites das Lojas Americanas e Submarino, foi reclamado 392 vezes.

Negócios 9

■ E-COMMERCE

Chuva de queixas contra e-commerce

De janeiro a maio, Procon registrou 628 reclamações contra sites de vendas online, o que equivale a 64% dos registros de 2010. Quase 400 queixas são contra a B2W, dona do Submarino.com e Americanas.com

LUCAS HADADE

A gerência estadual de Defesa do Consumidor (Procon) registrou 628 reclamações contra sites de vendas online este ano. Isso quer dizer que apenas nos cinco primeiros meses de 2011, já foram anotadas o equivalente a 64% do número de reclamações total de registros de 2010 (974).

O grupo B2W, responsável pelos sites Americanas.com e Submarino.com, é o líder de reclamações junto ao Procon do Maranhão, com 392 reclamações ao órgão relativas a compras online, somente em 2011. O número corresponde a 62% de todas as reclamações e supera em 388% o total registrado em todo o ano de 2010, quando 101 consumidores reclamaram dos serviços prestados pelas empresas do grupo.

De acordo com o Coordenador do Procon do Jaracaty, Anderson Nogueira, o crescimento de reclamações no que diz respeito à compra online cresceu muito no Maranhão.

Além das empresas do grupo B2W, em 2011, o site Compra Fácil teve 28 reclamações; as empresas do grupo Walmart tiveram 16 registros, outros 12 clientes se queixaram do site Ricardo Eletro e a nordestina Insinuante.com teve 7 anotações.

Um desses consumidores insatisfeitos é o bancário Thiago Santos Dutra, que em meados de março, comprou um fogão na internet pelo site Insinuante.com, da loja de eletrodomésticos Insinuante, ten-

do o produto chegado com avarias em sua residência. Ao constatar o "amassado" no produto, o bancário devolveu o fogão imediatamente para a transportadora e buscou no próprio site da empresa quais procedimentos deveria executar para resolver o problema.

"Soube pelo site que primeiro deveria comunicá-los do ocorrido. Após isso, eles me pediram seis dias para resolverem quais medidas seriam tomadas. Passaram-se mais de seis dias e eles não me deram resposta alguma e eu voltei a contatá-los; novamente eles me pediram seis dias e isso aconteceu mais outra vez, num total de três vezes", disse Thiago.

Após o ocorrido, Thiago resolveu procurar o Procon, sendo o sétimo consumidor a reclamar sobre os serviços online da empresa, no estado. Ele ainda aguarda uma solução para seu caso.

Procon

O órgão passará, então, a cobrar da empresa a resolução do problema no prazo de 30 dias para empresas de fora e 15 dias para empresas do estado. Após o prazo, o Procon avalia se a empresa costuma ser reincidente e, caso não seja, a ela terá mais 30 dias para a resolução.

Após isso, uma conciliação é tentada e, por fim, se o problema não for solucionado, a empresa é notificada e autuada, podendo ser obrigada a pagar multa. O coordenador Anderson Nogueira avisa que é possível acionar judicialmente a empresa, paralelamente, com a reclamação no Procon, sendo que o órgão ainda endossa a causa do consumidor na justiça.

"É importante lembrar que, se por ventura o problema não for resolvido, o consumidor já sai com o processo todo instrumentalizado, ou seja, pronto para acionar a empresa judicialmente", completa o coordenador Anderson Nogueira.

OS CAMPEÕES

Reclamações relativas a compras online no Procon em 2011

Empresa	Número de reclamações
Grupo B2W (americanas.com e submarino.com)	392
Compra Fácil (comprafacil.com)	28
WMS (walmart.com.br)	16
Ricardo Eletro (ricardoeleto.com.br)	12
Insinuante (insinuante.com)	7
Ponto Frio (pontofrio.com.br)	4

TOTAL

628

FOTOS: NEIDSON MOREIRA/ O IMPDAPRESS



"Não, porque não confio. Nunca tive experiências, mas já ouvi experiências de compras que não deram certo, com o produto chegando danificado"



● Ana Tavares, enfermeira

"Não, porque não me sinto totalmente seguro ainda e porque prefiro não correr riscos com este tipo de negócio."



● Thiago Enos, professor

Thiago registrou reclamação contra o site Insinuante por conta de fogão amassado

O QUE VOCÊ ACHA!

Você se sente seguro para fazer compras online, via internet?

"Me sinto seguro, mas em sites confiáveis. Eu nunca tive problemas com compras online."



● Joanderson Brito, funcionário público

"Sim, nunca tive problemas. Mas tudo depende do site que você compra. É preciso conhecer a reputação do site escolhido."



● Patrícia Cavalcante, fisioterapeuta

"Totalmente seguro não. As vantagens da compra na internet são as promoções. Você deve acessar sites seguros."



● André Cutrim, contador

Direito de se arrepender

O juiz Gervásio Santos, do 9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, revelou que já julgou causas relacionadas a compras online. Ele explica que o consumidor tem o direito de se arrepender, no prazo de sete dias, por se tratar de uma compra feita à distância, onde o comprador não teve acesso ao produto antes de pagar por ele.

“Normalmente, os problemas nesse tipo de compra são três: o produto chega atrasado e aí a pessoa já adquiriu através de outro meio; o produto comprado não chega; ou o produto chega danificado. O direito de arrependimento está previsto no artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor (CDC)”, explica o juiz Gervásio Santos.

Aas relações de consumo na internet são um campo de mercado relativamente novo, havendo cautela por parte dos juristas, pois ao

mesmo tempo em que não se pode lesar o direito individual do consumidor, também não é viável punir as empresas que atuam nesse novo nicho de negócios e que tornam o mercado competitivo, oferecendo produtos por preços mais acessíveis.

628

é o volume total de reclamações contra sites de vendas online registrados pelo Procon - MA



**O direito de
arrependimento
está previsto
no artigo 49 do
Código de Defesa
do Consumidor
(CDC)**

Gervásio Santos,
juiz do 9º juizado
especial civil

392

é o volume total de reclamações contra os sites de vendas da empresa B2W

**ABRAÇO
DO DIA**

O nosso abraço desta quarta-feira vai para a juíza Patrícia Marques Barbosa, da 3ª Vara de São José de Ribamar, que foi empossada, ontem, como juíza auxiliar de entrância final, pelo presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon. Patrícia assinou o termo de exercício no gabinete do corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, que desejou a ela bom trabalho.

Nova juíza passa a atuar em SL

Patrícia Marques Barbosa foi empossada como juíza auxiliar de entrância final na manhã de ontem, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O critério para a promoção foi antiguidade, aprovada pelo pleno durante a sessão administrativa do dia 18 de maio.

O desembargador Jamil Gedeon explicou que, embora a magistrada estivesse apenas há dois meses atuando na 3ª Vara da Comarca de São José de Ribamar, para onde foi removida também por antiguidade, o fato de agora ela chegar à capital significa merecimento, pois, por nove anos, enquanto ela era uma das juí-

zas titulares de Imperatriz, desenvolveu um trabalho digno de ser reconhecido.

A juíza passou pelas Comarcas de Cândido Mendes, Passagem Franca e São João dos Patos. Acompanhada de familiares, ela agradeceu as palavras de motivação e disse estar desafiada a fazer o melhor".

A diretora Alessandra Darub (Geral) leu o termo de posse e compromisso. Prestigiaram o ato os desembargadores Cleones Cunha e Lourival Serejo, os juízes Raimundo Bogéa (auxiliar da Presidência) e Costa Júnior, além do procurador Luzimar Miranda.

DIVULGAÇÃO



Jamil Gedeon deseja um bom trabalho à nova juíza da capital

Casa de líder quilombola é alvo de tiros no interior do MA

Um líder de uma comunidade quilombola do interior do Maranhão que disputa terras com um fazendeiro local teve sua casa atingida por três tiros na última sexta-feira (27). Almirandi Costa, de 41 anos, disse ter interpretado os disparos como uma ameaça à sua atuação pela demarcação da terra quilombola. O quilombo do Charco, localizado no município de São Vicente de Ferrér (75 km de São Luís), está localizado em terreno da propriedade rural da família de Gentil Gomes. A área é dividida em quatro fazendas, que somam 1.400 hectares. ÚLTIMA PÁGINA

Casa de líder quilombola é alvo de tiros no interior do Maranhão

Um líder de uma comunidade quilombola do interior do Maranhão que disputa terras com um fazendeiro local teve sua casa atingida por três tiros na última sexta-feira (27). Almirandi Costa, de 41 anos, disse ter interpretado os disparos como uma ameaça à sua atuação pela demarcação da terra quilombola.

O quilombo do Charco, localizado no município de São Vicente de Ferrer (75 km de São Luís), está localizado em terreno da propriedade rural da família de Gentil Gomes. A área é dividida em quatro fazendas, que somam 1.400 hectares. Desde 2009, tramita no Incra um processo que estuda reconhecer parte das fazendas como território quilombola, o que geraria a desapropriação e indenização ao fazendeiro.

Dois filhos de Gentil Go-

mes já foram presos preventivamente, em abril deste ano, sob acusação de serem os mandantes do assassinato de outro líder da comunidade quilombola, Flaviano Pinto Neto, em 2010. Eles foram soltos há duas semanas após o Tribunal de Justiça do Maranhão conceder habeas corpus. O caso ainda tramita na Justiça.

Representantes da Comissão Pastoral da Terra e da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Maranhão afirmam que a família Gomes também é suspeita de ordenar os tiros contra a casa de Costa, que é vice-presidente da Associação dos Quilombos do Povoado de Charco. No entanto, o delegado que investiga o caso, Armando Silva, diz ainda não ter indícios que permitam atribuir a nova ameaça aos fazendeiros.

Prefeito de São Pedro da Água Branca é afastado do cargo por improbidade

O Ministério Público do Maranhão solicitou e o Judiciário concedeu, em caráter liminar, o afastamento do cargo do prefeito de São Pedro da Água Branca, Vanderlúcio Simão Ribeiro, por ato de improbidade administrativa. A sentença do juiz Joaquim Silva Filho, da Vara da Fazenda Pública da comarca de Imperatriz, da qual São Pedro da Água Branca é termo judiciário, foi proferida na segunda-feira (30). **PÁGINA 12**

Prefeito de São Pedro da Água Branca é afastado do cargo por improbidade

Decisão judicial atendeu a pedido do Ministério Público do Maranhão

O Ministério Público do Maranhão solicitou e o Judiciário concedeu, em caráter liminar, o afastamento do cargo do prefeito de São Pedro da Água Branca, Vanderlúcio Simão Ribeiro, por ato de improbidade administrativa. A sentença do juiz Joaquim Silva Filho, da Vara da Fazenda Pública da comarca de Imperatriz, da qual São Pedro da Água Branca é termo judiciário, foi proferida nesta segunda-feira, 30.

Ainda na sentença, o magistrado determina que assuma a função o vice-prefeito. Acrescenta que o presidente da Câmara Municipal de São Pedro da Água Branca seja informado para as providências atinentes à substituição do gestor e que os estabelecimentos bancários nos quais o município possua contas sejam notificados, para que, a partir desta decisão, não mais reconheçam a titularidade do prefeito afastado.

De autoria da promotora de Justiça, Nahyma Ribeiro Abas, titular da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa de Imperatriz, a Ação Civil Pública que motivou o afastamento deveu-se ao fato de o prefeito estar deliberadamente descumprindo decisões judiciais que garantem a reintegração de servidores públicos aos seus cargos e pagamento retroativo de seus salários. Para

a representante do Ministério Público, o ato do prefeito teria motivação política, já que os servidores foram aprovados em concurso público feito na gestão de um adversário político.

Conforme consta da ação, o prefeito Vanderlúcio Simão Ribeiro, assim que assumiu o cargo, em 2009, suspendeu a eficácia dos atos de convocação, posse e nomeação de 235 servidores públicos municipais aprovados em concurso público realizado em 2007.

Além disso, o gestor municipal contratou em 2011 mais de 100 pessoas para ocuparem as mesmas funções a que têm direito os servidores exonerados, privilegiando em alguns casos pessoas do seu grupo político.

Nahyma Ribeiro Abas acrescenta ainda o fato de o prefeito estar alegando que a realização do seletivo em 2011 ocorreu para atender Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público. "Isso não é verdade. Pelo TAC 007/2011 deveriam necessariamente ficar excluídos do seletivo as funções referentes aos cargos públicos que estão *sub judice* e com decisões reintegratórias sem efeito suspensivo", esclarece a promotora.

No entanto, o prefeito Vanderlúcio Simão Ribeiro realizou seletivo para 86 vagas, que na sua

maioria dizem respeito aos cargos do concurso de 2007. "O requerido vem praticando condutas ilegais, imorais, desonestas e injustas, especialmente atentando contra os interesses de dezenas de servidores públicos que aguardam há meses o cumprimento de decisões judiciais de reintegrações aos cargos públicos de que são titulares", analisa a promotora de Justiça.

Afastamento do cargo – Para justificar o afastamento do cargo, a representante do Ministério Público aponta o fato de que, como chefe do Executivo, o prefeito poderá dificultar o andamento das investigações, "seja por meio de ameaças das testemunhas, com remoção, demissão etc. seja, ainda, utilizando-se do poder de seu cargo, para forjar ou engendrar contraprovas que venham a elidir o objeto da presente ação".

Nahyma Abas conclui afirmando que a permanência de Vanderlúcio Simão Ribeiro no cargo de prefeito de São Pedro da Água Branca "é nociva, não só aos servidores públicos que foram exonerados, mas à comunidade de um modo geral, que há anos vem recebendo serviços públicos prestados por pessoas contratadas sem aferição de sua qualificação e capacidade técnica por concurso público".

TJ-MA reduz jornada de trabalho de oficiais de Justiça

Em sessão ontem, a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão confirmou a diminuição da jornada de trabalho dos oficiais de Justiça do, de oito para seis horas diárias, totalizando 30 horas semanais.

O pedido foi ajuizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Justiça, Sindjus, que argumentou a ilegalidade da Resolução nº 20/2006 TJMA, que previa a jornada de 40 horas semanais de trabalho para os oficiais de Justiça, contrariando o Estatuto do Servidor Público Estadual, que prevê 30 horas por semana. O Sindjus também questionou o tratamento diferenciado entre os servidores que a norma estabelecia.

O pedido classista foi acatado pela juíza Luzia Madeiro, da 1ª Vara da Fazenda Pública da capital, considerando a ausência

de lei determinando carga horária diferenciada para os oficiais. A lei seria o meio hábil para essa alteração, não podendo ocorrer por meio de resolução, por tratar-se de ato regulamentar.

A juíza ainda determinou ao Estado do Maranhão o pagamento das duas horas extras diárias trabalhadas por esse grupo de servidores, desde a edição da Resolução nº 20/2006.

Em reexame necessário, a desembargadora Nelma Sarney (relatora) manteve o entendimento da juíza, destacando o princípio da hierarquia das normas, segundo o qual norma jurídica inferior não pode contrariar norma superior. O voto de Nelma Sarney seguiu posição da Procuradoria Geral de Justiça e foi acompanhada pelos desembargadores Marcelo Carvalho e Raimundo Cutrim.

Ex-prefeito de La Rocque não se livra de processo

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) anulou, ontem, 31, sentença judicial de 1º grau que havia decretado a extinção de processo, sem resolução do mérito, contra o ex-prefeito do município de Senador La Rocque, João Cruz Cury Rad Neto. O entendimento unânime dos desembargadores é de que há indícios da prática de improbidade administrativa apontada pelo município em ação contra o ex-prefeito, acusado de não prestar contas de convênios nos anos de 2003 e 2004.

A decisão da câmara cível foi favorável ao recurso do município e determinou a devolução dos autos à Justiça de primeira instância, para que seja dado prosseguimento ao processo. Em sua sentença, durante correição ordinária em março de 2010, o juiz Marcelo Baldochi entendeu que os documentos constantes da petição inicial não apresentavam provas necessárias de que as contas não foram prestadas. O parecer da Procuradoria Geral de Justiça coincidiu com a decisão do juiz.

A relatora da apelação, desembargadora Nelma Sarney, entendeu que o município tem razão em propor a ação. Para ela, a existência de indícios de irregularidades das prestações de contas e inadimplência relacionada a convênios celebrados pelo município.



Desembargador Jamil Gedeon reuniu juíza e auxiliares para criar segurança do TJ

TJ estrutura sua própria segurança no Maranhão

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inicia no mês de junho a estruturação da

Diretoria Interna de Segurança Institucional, órgão que será responsável pelo trabalho de segurança institucional preventiva e reativa, com o objetivo de possibilitar aos magistrados e servidores do Judiciário maranhense mais proteção pessoal, além da segurança patrimonial.

A decisão foi tomada ontem, 31, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon, durante reunião em São Luís com a juíza auxiliar e coordenadora do Núcleo de Planejamento Estratégico,

Sônia Amaral, a chefe de gabinete da presidência, Bruna Barbieri, e o especialista em segurança, Carlos Eduardo Pacheco, que elaboraram o projeto.

PROTEÇÃO

Na ocasião foram discutidas questões como a proteção imediata e o uso da inteligência na apuração dos fatos, como meios para subsidiar as decisões internas do Tribunal. A capacitação da vigilância privada e dos policiais militares da reserva remunerada que prestam serviço de segurança nas sedes do Poder Judiciário, desde o dia 23 de maio, será uma das atividades que o órgão vai realizar.

“A Diretoria de Segurança é importante e precisa ser viabilizada o mais rápido possível”, afirmou Gedeon. O presidente também observou as peculiaridades que cercam a atuação dos juízes ao decidirem sobre a vida e o destino das pessoas, e ao mesmo tempo não ter como se proteger no exercício de sua profissão. Essa medida vai complementar as ações de segurança já tomadas pelo Judiciário, no sentido de reforçar a segurança das unidades administrativas e judiciais em todo o Estado.

O desembargador Froz Sobrinho e o juiz auxiliar da presidência Raimundo Bogéa também participaram da reunião.